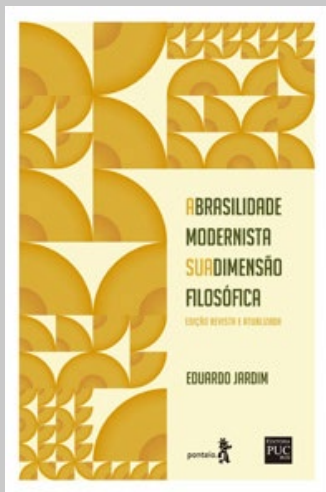




ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

60
anos



A brasilidade modernista — sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio; Editora Ponteio, 2016.

Resenha

Texto de autor convidado. Recebido em: 26 jul. 2022. Aprovado em: 19 ago. 2022.

BRAYNER, Flávio Henrique Albert. A brasilidade modernista — sua dimensão filosófica, de Eduardo Jardim. [Resenha]. *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/Proexc, Recife, v. 39, n. 2, p. 301-308, jul./dez. 2022.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2022.254900>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

A Brasilidade modernista — sua dimensão filosófica, de Eduardo Jardim

Modernist Brazilianness — its philosophical dimension, by Eduardo Jardim

Flávio Henrique Albert Brayner

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Professor Emérito

Doutor em Ciências da Educação

E-mail: flaviobrayner@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-1870-5354>

 <http://lattes.cnpq.br/0395265190671613>

Resumo

Nesta resenha, Flávio Brayner apresenta o livro *A brasilidade modernista — sua dimensão filosófica*, de Eduardo Jardim, que confronta pensamentos comuns acerca do Movimento Modernista de 22, como a sua divisão cronológica, a utilização apenas de “índices artísticos” para avaliar o movimento, além do foco em si mesmo como origem de um modernismo nacional e de um sentimento de *brasilidade*, ignorando muitas outras influências e repercussões relevantes. Jardim considera esses pensamentos “ingênuos” e se utiliza principalmente do livro *A esthetica da vida* (1921), de Graça Aranha, além do contexto que envolveu a produção do autor, para mostrar que as supostas “ruptura” e “inovação” propostas pelo modernismo, na verdade, retomam temas já existentes. Brayner, então, aprofunda os pensamentos de Aranha e termina sua resenha com exemplos nacionais e regionais que apoiam seu argumento de que a influência de Graça Aranha seria muito maior do que supôs Jardim em seu livro.

Palavras-chave: Modernismo. Brasilidade. Movimento modernista de 22. Graça Aranha.

Abstract

In this review, Flávio Brayner presents the book *The Brazilian Modernism — its philosophical dimension*, by Eduardo Jardim, who confronts common thoughts about the Modernist Movement of 1922, such as its chronological division, the sole use of “artistic indexes” to evaluate the movement, and the focus on itself as the origin of a national modernism and of a sense of *Brazilianness*, ignoring many other relevant influences and repercussions. Jardim considers these ideas to be “naïve”, and uses primarily Graça Aranha’s book *An Aesthetics of Life*, in addition to the context involving the author’s production, to show that the supposed “breakthrough” and “innovation” proposed by modernism actually takes up many already existing themes. Brayner then goes deeper into Aranha’s thoughts and ends his review with some national and regional examples which would support his argument that Graça Aranha’s influence would be much greater than Jardim supposed in his book

Keywords: Modernism. Brazilianness. Modernist movement of 1922. Graça Aranha.

Estamos acostumados a pensar o Movimento Modernista de 1922 a partir de uma divisão em duas fases, que se tornou, diria-se, canônica: a primeira, de 1922 a 1928, caracterizada pelo ímpeto de ruptura estética com a tradição e o classicismo, na qual se pontifica, sobretudo, a artista plástica Anita Malfatti, e que se alonga até as publicações do *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*, em 1924, e de *Macunaíma*, em 1928; e a segunda, a partir de 1928, marcada por uma *libido dominandi*, a *brasilidade*. Nossa crença positiva nas virtudes daquele movimento nos leva, inclusive, a crer que ali estavam sendo lançadas as raízes de nossa modernização.

Essas são visões que o autor Eduardo Jardim, em *A Brasilidade modernista — sua dimensão filosófica* (Editora PUC Rio, 2016), considera “ingênuas”, não apenas porque negligenciam a existência

e a importância de outras correntes que saíram daquele movimento e que tiveram forte enraizamento político e cultural, como o Verde-amarelismo, de Plínio Salgado, o qual acarretou em sérias consequências na organização e constituição de um pensamento autoritário no Brasil, como mostrou Eliézer Rizzo de Oliveira (1976); mas, também, por concentrarem naquelas fases, dominadas por Mário e Oswald de Andrade, a atenção exclusiva sobre o movimento, que tem antecedentes intelectuais, em geral, ignorados e que, ao mesmo tempo, lançou seus estertores para muito além, atingindo o Concretismo e o Tropicalismo nos anos 1950 e 1960.

Jardim considera que utilizar apenas os “índices” artísticos e literários para avaliar o movimento é insuficiente, especialmente no que diz respeito à *brasilidade*. É nesse sentido que ele vê na obra *A esthetica da vida* (1921), de Graça Aranha, uma espécie de fundamento filosófico daquele movimento cujas “raízes” se situariam, para desgosto dos nossos “modernistas”, muito antes, no século XIX: no Romantismo e na Escola do Recife, onde Graça estudara e recebera a decisiva influência intelectual de Tobias Barreto (1839-1889). Os modernos logo se desvencilharam do “vovô” Graça, que, na verdade, foi figura decisiva na definição e na gestação da *brasilidade* da segunda metade dos anos 1920. Assim, o movimento guarda o que Jardim chama de “sintomas de brasilidade” vindos do século XIX!

A tese central de Graça é a do “monismo filosófico” (ARANHA, 1921), trabalhada no livro acima citado, que seria referência fundamental (e subterrânea!) a partir de 1924, influenciando a chamada “redescoberta do Brasil” dos anos 1930 e 1940 (MOTA, 1977) e reafirmando o ideal herdado do romantismo alemão sobre o “caráter” ou “espírito” nacional (*Volksgeist*), tematizado pelo *Sturm und*

Drang, de Herder e Hamann. O Modernismo, pois, em seu afã de “ruptura”, retomava temas já existentes! Na sua “estética da vida”, Graça propõe duas categorias: a “integração do eu ao Cosmos” e a “intuição estética do todo” (ARANHA, 1921). Aliás, a noção de “integração” foi central para o modernismo, e a “intuição”, uma forma privilegiada de apreensão do real que o Verde-amarelismo retoma. No seu “monismo filosófico” herdado de Tobias, Graça advoga o holismo do universo e mostra os limites da ciência e dos saberes analíticos (da particularização do real) para propor uma visão sintética do universo, que culmina na intuição estética: é na “experiência sentimental”, no “retorno ao primitivo” e na “integração dos elementos bárbaros e inconscientes da fala do povo” que se dá aquela “integração” (ARANHA, 1921). Assim, a integração cósmica exige o prévio enraizamento da inteligência no “solo” da cultura do povo.

A noção de *brasilidade* não esteve presente desde o início do movimento, e é só a partir de 1924 que se começa a pensar uma cultura com caráter nacional. Antes, a atenção estava voltada para o combate aos “passadistas”, para a recusa da arte representativa, para acabar com *Jeca Tatu* (Monteiro Lobato) e para alçar uma nova expressão para a realidade nacional, que é, aliás, fortemente identificada com São Paulo, símbolo industrial e urbano (moderno) desta nova realidade! Mas este “moderno” que São Paulo representa não é suficiente para produzir brasilidade cultural: deve-se voltar a pesquisa e a atenção para a realidade *primitiva* do Brasil, para a qual Blaise Cendrars, em sua visita ao Brasil, chamara a atenção. É o que faz o *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*, de Oswald de Andrade (1924), sublinhando os “estados brutos da alma coletiva”: ser moderno e ser nacional passam a ser termos

coincidentes, na medida em que é a falsa cultura importada que impede a percepção da realidade. Não é outro o sentido das duas viagens etnográficas de Mário de Andrade, para o Amazonas e para o Nordeste do Brasil, culminando em seu encontro, em Natal, com Câmara Cascudo.

Tudo isso implicava, também, a denúncia de uma certa tradição intelectual e a advocacia de um novo papel para a *intelligentsia*, agora encarregada de fazer o levantamento da cultura popular, das formas do falar do povo, de seus hábitos e costumes, nos quais reside o depósito de nacionalidade em condições de *integrar* a vida literária com o projeto nacional, para o que Graça chama a atenção com seu conceito de “unidade cósmica” (ARANHA, 1921).

No segundo momento d’*A esthetica da vida*, de Aranha, ele pretende, com o conceito de “metafísica brasileira”, oferecer, ao mesmo tempo, um diagnóstico e uma terapêutica para o país, através da definição dos traços psicológicos do nosso povo, na profundidade de nossa coletividade (ARANHA, 1921). Dessa forma, a exacerbação da imaginação, o ufanismo e o fatalismo são os elementos do laudo diagnóstico de Graça: é essa a tragédia de nosso povo! Isso porque temos três origens da alma brasileira, três gênios: o português, que nos transmitiu a melancolia; o africano, a infantilidade; e o índio, a metafísica do terror (enchendo a natureza de fantasmas e assombrações). Mas Graça também propõe, como disse, uma terapêutica para vencer os três elementos de seu diagnóstico aparentemente pessimista: ir ao povo, quebrar o artificialismo e o elitismo de nossas artes e romper o divórcio entre cultura popular e cultura erudita.

Não é preciso ir mais longe para perceber porque as grandes obras dos anos 1930 e 1940 tiveram a palavra “formação” em sua

composição (*Formação do Brasil Contemporâneo*, 1942, de Caio Prado Júnior; *Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, subtítulo de *Casa-grande & senzala*, 1933, de Gilberto Freyre; *Formação da Literatura Brasileira*, 1957, de Antonio Candido; *Formação Econômica do Brasil*, 1959, de Celso Furtado...) já que, mais do que uma *redescoberta*, estávamos tentando *inventar* um país que, aliás, permanece inconcluso em sua modernidade institucional.

Ademais, como todo projeto nacional necessita da produção de novas subjetividades, agora não sujeitas às determinações da *consciência colonial*, não foi à toa que tivemos, aqui em Recife, naquele final dos anos 1950 e início dos 1960, um Paulo Freire, propondo uma “pedagogia libertadora” que partisse da “realidade do oprimido” com vistas a promover uma “ortopedia da consciência” que nos livrasse da cultura pedagógica dominante e fizesse do povo o “sujeito” do projeto nacional. O espírito de Graça, pelo visto, foi muito mais longe do que Jardim, em seu magnífico livro, supôs.

Referências

ANDRADE, Oswald. Manifesto da Poesia Pau-Brasil. *Correio da Manhã*, 18 mar. 1924.

ARANHA, G. *A esthetica da vida*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1921. 236 p.

CANDIDO, A. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. São Paulo: Martins, 1957.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

JARDIM, E. *A brasilidade modernista — sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio; Editora Ponteio, 2016.

MOTA, C. G. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: Editora Ática, 1977.

OLIVEIRA, E. R. de. *As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1976.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Martins, 1942.